

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Reprodução



IGP-M acumula retração de 0,32% no ano, aponta a FGV

FGV aponta queda de 0,73% no IGP-M, a inflação do aluguel

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), referência para contratos de aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta de 0,41% no mês anterior. O resultado, divulgado nesta quinta-feira (26) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que o índice acumula retração de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em contraste, no mesmo período de 2025, o IGP-M havia avançado 1,06%, acumulando alta de 8,44% em 12 meses. O principal responsável pela queda foi o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que recuou 1,18% em fevereiro, após alta de 0,34% em janeiro. Segundo o economista da FGV, André Braz, o movimento foi puxado pela forte retração nos preços de commodities relevantes.

Minério, soja e café

Entre elas, minério de ferro (-6,92%), soja (-6,36%) e café (-9,17%). “O IPA, que tem maior peso no cálculo do IGP-M, registrou forte queda em fevereiro, refletindo o recuo dessas matérias-primas”, explicou Braz. No varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) desacelerou para 0,30%, ante 0,51% em janeiro. A perda de intensidade das altas em mensalidades escolares foi um dos fatores que contribuíram para o resultado.

Arquivo



Na construção civil o INCC subiu 0,34%, abaixo dos 0,63%

Destaque para alimentação e educação

Entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos, com destaque para alimentação e educação, leitura e recreação. Em contrapartida, habitação e despesas diversas registraram avanço. Já na construção civil, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,34%, abaixo dos 0,63% do mês anterior. O grupo mão de obra, que havia pressionado o índice em janeiro, perdeu força e passou de 1,03% para 0,39%. Materiais e equipamentos também recuaram, enquanto serviços tiveram leve alta.

Tendência de desaceleração

O resultado de fevereiro reforça a tendência de desaceleração da inflação medida pelo IGP-M, após um 2025 marcado por pressões de custos e reajustes expressivos. A queda das commodities no mercado internacional tem aliviado os preços ao produtor, enquanto o consumo e a construção civil avançam em ritmo mais contido. Esse cenário pode trazer algum alívio para contratos de aluguel.

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (27) a parcela de fevereiro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 690,01. Com esse pagamento o governo encerra o calendário.

18,84 milhões

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa alcançará 18,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 13 bilhões. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses.

Consulta

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

171 cidades

Os beneficiários de 171 cidades de oito estados receberam o pagamento no último dia 12, independentemente do NIS. Entre os beneficiados estão: 122 municípios do Rio Grande do Norte afetados pela seca, além de Bahia (14), Paraná (12), Sergipe (11), Roraima (seis), Amazonas (três), Piauí (duas) e Santa Catarina (uma).

Municípios

Essas localidades foram afetadas por chuvas ou por estiagens ou têm povos indígenas em situação de vulnerabilidade. A lista dos municípios com pagamento antecipado está disponível na página do ministério. Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro-Defeso.

Mudança na lei

A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o programa. O Seguro-Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes). Cerca de 2,51 milhões de famílias estão na regra de proteção.



Ministro Silvio Costa Filho ao anunciar investimentos

Governo prevê R\$ 226 milhões em três terminais

Critério escolhido para o vencedor foi o maior valor de outorga

Redação

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizaram na quinta-feira (26) o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026. Ao todo, três terminais foram concedidos à iniciativa privada, nos portos de Santana (AP), Natal e Porto Alegre. Os três leilões, na sede da B3, na capital paulista, foram acompanhados pelo ministro Silvio Costa Filho. O critério escolhido para o vencedor foi o maior valor de outorga.

As empresas vencedoras foram a CS Infra, o Consórcio Portos do Sul e a empresa Fomento do Brasil Mineração. Cada uma arrematou um dos terminais e não tiveram concorrentes em suas ofertas.

A previsão inicial do ministério é de que os contratos atraiam cerca de R\$ 226 milhões em investimentos privados, destinados à modernização da infraestrutura, ampliação da capacidade operacional e fortalecimento da logística nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

O leilão do POA26, terminal em Porto Alegre, foi vencido pelo Consórcio Portos do Sul, que ofereceu R\$ 10 mil como valor de outorga. O consórcio não teve concorrentes. O leilão da área prevê R\$ 21,13 milhões em investimentos, destinados à movimentação e armazenagem de granel sólido. O prazo de concessão é de 10 anos.

O leilão do NAT01, no porto de Natal, vencido pela Fomento do Brasil Mineração, tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Com apenas uma proposta válida, a empresa vencedora ofereceu R\$ 50 mil como valor de outorga. O terminal é destinado principalmente ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro.

Porto de Santana

O leilão do Porto de Santana, no Amapá, estava sendo discutido na Justiça. Nesta semana, uma decisão judicial havia determinado o seu adiamento, mas a liminar foi cassada e o terminal foi, finalmente, levado a leilão. A empresa vencedora foi a CS Infra, que ofereceu R\$ 2 como valor de outorga, em proposta única.

O terminal é destinado especialmente para o escoamento da produção de grãos e cavaco de madeira, e tem previsão de investimentos de R\$ 150,2 milhões, com concessão para 25 anos.

Para o ministro Portos e Aeroportos, Silvio Costa, os três leilões ajudam a demonstrar que o Brasil vive o seu “melhor momento da infraestrutura”.

Segundo ele, o ministério pretende encerrar o ano de 2026 realizando 18 leilões na B3.

Com informações da
Agência Brasil